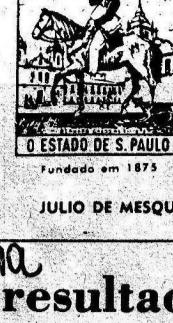


# jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo

Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. Tel.: 266-7099 (PABX).



Fundado em 1875

JULIO MESQUITA

(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA

(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita  
 Júlio de Mesquita Neto  
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
 Ruy Mesquita  
 César Tárcio Lopes Costa  
 José M. Homem de Montes  
 Oliveira S. Feteira

## Dívida externa Foi positivo o resultado do encontro de Londres

Se alguém se está sentindo frustrado ou decepcionado com a atitude dos líderes ocidentais, durante a reunião de cúpula de Londres, em relação ao problema da dívida externa dos países em desenvolvimento, é porque havia construído expectativas despropositadas ou equivocadas. Os observadores e analistas que acompanham a história deste conclave e têm conhecimento preciso do que costuma resultar, de concreto, em reuniões de chefes de Estado não estarão, como nós não estamos, nem decepcionados, nem frustrados.

Ao contrário, podemos declarar-nos positivamente surpreendidos até. Na verdade, a única coisa que esperávamos, realisticamente, daquele encontro, aconteceu: que nele o tema da dívida externa internacional fosse discutido e considerado. Tínhamos até mesmo fundados motivos para desconfiar que ele seria menosprezado e negligenciado, dadas as discutíveis qualidades de estadistas e a notória pobreza de visão dos principais líderes do mundo moderno. Aliás, se fizermos uma comparação ainda que ligeira entre os líderes ocidentais atuais e aqueles que conduziram, por exemplo, a II Guerra Mundial, sempre teremos razões para prever que o desempenho coletivo dos primeiros tenderá a ficar aquém das expectativas e dos próprios desafios.

Por isso, o fato de a questão da dívida externa ter sido considerada na reunião de cúpula, e, mais do que isso, ter ocupado espaço importante, ter merecido debates e ter provocado até mesmo divergências fecundas de pontos de vista, levam-nos a qualificar os resultados da conferência como de alto interesse para os nossos destinos.

É evidente que não se tratava, ali, de encontrar nenhuma solução para o problema da dívida externa, nem de propor nenhuma fórmula, nem mesmo de convocar ou aceitar qualquer negociação coletiva sobre o assunto. Alguns analistas estão interpretando as manifestações de Ronald Reagan e Margaret Thatcher em favor de negociações caso a caso como um repúdio a negociações coletivas e aos objetivos dos países devedores. Ora, ninguém falou em negociações coletivas; ninguém propôs que cada devedor deixasse de tratar dos seus próprios esquemas de pagamento externo com os banqueiros e o FMI, isto é, com as esferas especializadas, para aguardar um encontro de governos devedores e governos credores, que resolveria todos os problemas. Não foi esse o sentido da iniciativa conjunta dos presidentes latino-americanos. Nada disso. O que se desejava é que os governos das nações ricas reconhecessem oficialmente que a dívida externa constitui um dos problemas prioritários das relações entre nações livres modernas, e não um problema só dos devedores. Isso aconteceu. A partir daí passa a existir clima, político e diplomático, para que os negociadores de cada devedor, e também os dos países credores, procurem fórmulas e esquemas mais adequados para as dimensões e a gravidade do problema do que aqueles que estão em prática.

Temos a certeza, até mesmo, de que o problema só recebeu um alto grau de atenção na reunião de Londres graças ao bem-conduzido gesto diplomático dos principais líderes latino-americanos ao chamar a atenção para ele. Vimos claramente que existe entre os sete grandes uma corrente representada pela França, Itália e, em parte, pelo Canadá já especificamente favorável a um tratamento não-ortodoxo da questão. Talvez por serem os países que menos emprestaram e, portanto, menores interesses materiais têm na questão. Mas, de qualquer modo, mesmo os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha, que preferem continuar com fórmulas ortodoxas, admitem já uma suavização dessas fórmulas e prometem até estimular os banqueiros nessa direção, indo além, portanto, em termos de comunicado diplomático final, das generalidades protocolares. É claro que as posições defendidas pelo presidente Mitterrand, que pede, basicamente, que se reforce a ajuda governamental nacional e internacional, que se dê aos países em desenvolvimento "os meios estratégicos que conduzam ao desenvolvimento real" e se aperfeiçoem os mecanismos multilaterais, passarão a estimular os esforços diplomáticos e políticos dos países devedores perante seus parceiros credores.

Temos de notar, além disso, que a articulação diplomática latino-americana e as manifestações de cunho político contidas nos dois documentos dirigidos aos líderes ocidentais já estão produzindo efeitos concretos representados pelas novas disposições dos banqueiros privados, particularmente no caso das novas negociações concretas que se iniciam com o México e deverão ser encetadas com o Brasil a partir de agosto ou setembro. Não se diga que tais disposições já existiram ou seriam fárias contadas sem aquelas manifestações. Pode até ser verdade, mas é óbvio que vieram a público, foram externadas e até agilizadas em função do quadro político que se formava. Os banqueiros não tinham, antes, a menor necessidade de dizer antecipadamente como pretendiam tratar o México e até convinha, nunca é de bom alvitre prevenir o devedor de que ele vai ser melhor tratado, posto que isso o anima a reivindicar mais do que pretendia.

É evidente, portanto, que a "politicização" da dívida, como se diz, está sendo conduzida, até o momento, de maneira bastante hábil por parte dos devedores e maneira tendo resultados até mais satisfatórios do que se poderia esperar. É claro que a tradução desse ambiente e dessas perspecti-

vas animadoras em alívio financeiro concreto e em possibilidades reais de retomada do crescimento econômico ainda não se mostra visível no horizonte. Mas podemos dizer que, afinal, lá e cá as coisas estão sendo dispostas no rumo certo. Rumo que não pode ser outro senão aquele mencionado na Declaração dos Valores Democráticos, assinada pelos chefes de Estado reunidos em Londres na última sexta-feira: "Nós cremos na cooperação entre nossos países, na convicção de que esta prática fortalecerá a estabilidade e o crescimento econômico no mundo como um todo". Cooperação que, como temos dito sempre, é imprescindível para que aqueles valores democráticos que as grandes potências ocidentais tanto desejam preservar não fiquem circunscritos apenas aos seus respectivos territórios.